

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.236
Preferenciais	0
Total	2.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.141.841	1.812.428
1.01	Ativo Circulante	192.120	91.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.740	8.188
1.01.03	Contas a Receber	13.151	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.151	0
1.01.03.02.01	Venda Participação	13.151	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.158	27.176
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.158	27.176
1.01.07	Despesas Antecipadas	358	22
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	77.713	55.681
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	72.686	42.118
1.01.08.03	Outros	5.027	13.563
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	0	8.801
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.842	3.438
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	1.185	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.949.721	1.721.361
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	137.250	40.980
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	41.461	38.681
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	41.461	38.681
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	95.789	2.299
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.410	2.299
1.02.01.10.04	Venda Participação	71.994	0
1.02.01.10.05	Outros créditos - conta gráfica venda participação	21.385	0
1.02.02	Investimentos	1.809.640	1.677.086
1.02.02.01	Participações Societárias	1.809.640	1.677.086
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.435.936	1.294.690
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	373.704	382.396
1.02.03	Imobilizado	2.638	2.975
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.638	2.975
1.02.04	Intangível	193	320
1.02.04.01	Intangíveis	193	320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.141.841	1.812.428
2.01	Passivo Circulante	154.599	428.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.546	10.880
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.546	10.880
2.01.02	Fornecedores	312	520
2.01.03	Obrigações Fiscais	320	229
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	320	229
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	320	229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.567	0
2.01.04.02	Debêntures	4.567	0
2.01.05	Outras Obrigações	138.854	417.019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	133.826	414.666
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	133.826	414.666
2.01.05.02	Outros	5.028	2.353
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	5.028	2.353
2.02	Passivo Não Circulante	1.209.129	725.157
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	217.486	84.053
2.02.01.02	Debêntures	217.486	84.053
2.02.02	Outras Obrigações	991.643	641.104
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	969.880	640.347
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	969.880	640.347
2.02.02.02	Outros	21.763	757
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar - conta gráfica venda participação	21.271	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	492	757
2.03	Patrimônio Líquido	778.113	658.623
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.456	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.705	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Aquisição/Alienação de participação dos acionistas não controladores	14.218	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	62.830	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	35.415	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	317.927	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	108.418	372.789	146.340	379.104
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.413	-23.132	-8.778	-20.850
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	161	471	153	445
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.896	-8.692	-4.337	-13.013
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-2.896	-8.692	-4.337	-13.013
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.566	404.142	159.302	412.522
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	120.566	399.349	159.302	412.522
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	4.793	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	108.418	372.789	146.340	379.104
3.06	Resultado Financeiro	-13.692	-50.499	-25.090	-79.734
3.06.01	Receitas Financeiras	3.658	12.427	4.054	9.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.350	-62.926	-29.144	-89.222
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	94.726	322.290	121.250	299.370
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	3.593	3.593
3.08.01	Corrente	0	0	3.593	3.593
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94.726	322.290	124.843	302.963
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.198	-4.363	499	-3.410
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-1.198	-4.363	499	-3.410
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	93.528	317.927	125.342	299.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,16808	0,57134	0,22524	0,53831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,16641	0,56566	0,22294	0,53212

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	93.528	317.927	125.342	299.553
4.03	Resultado Abrangente do Período	93.528	317.927	125.342	299.553

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-130.442	-97.866
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-137.587	-101.026
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) Líquido das operações continuadas	322.290	302.963
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-120.076	-35.200
6.01.01.03	Depreciação e amortização	503	503
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	142	622
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-404.142	-412.522
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	8.692	13.013
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.113	2.569
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-111	-124
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-6.549	-3.565
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	25.712	30.715
6.01.01.16	Juros cessão de dívida	26.839	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.145	3.160
6.01.02.01	Tributos a recuperar	2.018	6.063
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-336	-77
6.01.02.05	Outros credits	-403	-3.548
6.01.02.06	Fornecedores	-208	-1.250
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-334	-263
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	91	-2.390
6.01.02.10	Outras contas a pagar	2.409	410
6.01.02.12	Partes relacionadas	3.908	4.215
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	280.412	266.589
6.02.01	Dividendos recebidos	447.366	492.621
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-39	-145
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-166.801	-225.887
6.02.07	Efeito não caixa - Operações descontinuadas	3.494	0
6.02.09	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	-3.608	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-82.418	25.230
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-207.447	-105.014
6.03.04	Partes relacionadas - Cessão de dívida	0	54.945
6.03.05	Partes relacionadas - Mutuo	-3.858	-4.646
6.03.06	Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing	128.887	79.945
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.552	193.953
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.188	3.096
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.740	197.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.010	-207.447	0	0	-198.437
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447
5.04.08	Aquisição de participação dos acionistas não controladores	0	8.777	0	0	0	8.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	317.927	0	317.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	317.927	0	317.927
5.07	Saldos Finais	360.900	36.456	62.830	317.927	0	778.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.005	-105.014	0	0	-104.009
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.005	0	0	0	1.005
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.553	0	299.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.553	0	299.553
5.07	Saldos Finais	360.900	27.264	7.791	299.553	0	695.508

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.987	-4.170
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.987	-4.170
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.987	-4.170
7.04	Retenções	-9.195	-13.516
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-503	-503
7.04.02	Outras	-8.692	-13.013
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-8.692	-13.013
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-15.182	-17.686
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	412.206	418.600
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	404.142	412.522
7.06.02	Receitas Financeiras	12.427	9.488
7.06.03	Outros	-4.363	-3.410
7.06.03.01	Resulado de operações descontinuadas	-4.363	-3.410
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	397.024	400.914
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	397.024	400.914
7.08.01	Pessoal	15.497	15.062
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.967	13.281
7.08.01.02	Benefícios	234	431
7.08.01.03	F.G.T.S.	296	1.350
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-3.593
7.08.02.01	Federais	0	-3.593
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.600	89.892
7.08.03.01	Juros	35.679	85.660
7.08.03.02	Aluguéis	674	670
7.08.03.03	Outras	27.247	3.562
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	317.927	299.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	317.927	299.553

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	9.886.016	7.815.758
1.01	Ativo Circulante	3.220.059	2.139.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.796.244	1.607.979
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.511	60.234
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.511	60.234
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	62.511	60.234
1.01.03	Contas a Receber	161.177	149.537
1.01.03.01	Clientes	148.026	149.537
1.01.03.01.01	Clientes	147.773	148.954
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	253	583
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.151	0
1.01.03.02.01	Venda participação	13.151	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.251	55.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.251	55.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.210	7.977
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108.666	257.980
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	77.446	231.916
1.01.08.03	Outros	31.220	26.064
1.01.08.03.01	Outros créditos	31.220	26.064
1.02	Ativo Não Circulante	6.665.957	5.676.365
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	687.110	575.962
1.02.01.07	Tributos Diferidos	355.264	356.491
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	355.264	356.491
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	14.770	13.801
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	317.076	205.670
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	202.545	188.470
1.02.01.10.04	Outros créditos	6.817	7.598
1.02.01.10.05	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	14.335	9.602
1.02.01.10.06	Venda participação	71.994	0
1.02.01.10.07	Outros créditos - conta gráfica venda participação	21.385	0
1.02.02	Investimentos	1.094	1.071
1.02.02.01	Participações Societárias	1.094	1.071
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.094	1.071
1.02.03	Imobilizado	518.005	537.505
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	518.005	537.505
1.02.04	Intangível	5.459.748	4.561.827
1.02.04.01	Intangíveis	5.459.748	4.561.827

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	9.886.016	7.815.758
2.01	Passivo Circulante	2.077.835	1.759.574
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.205	67.677
2.01.01.01	Obrigações Sociais	67.205	67.677
2.01.02	Fornecedores	88.469	89.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	88.469	89.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	38.012	40.151
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.012	40.151
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	33.964	36.075
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	4.048	4.076
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.637.694	1.149.516
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	77.917	74.658
2.01.04.02	Debêntures	1.559.777	1.074.858
2.01.05	Outras Obrigações	40.612	50.266
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.553	15.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.553	15.594
2.01.05.02	Outros	35.059	34.672
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	7.703	13.488
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	27.356	21.184
2.01.06	Provisões	201.083	172.622
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38.594	24.551
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	38.594	24.551
2.01.06.02	Outras Provisões	162.489	148.071
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	105.142	90.503
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	57.347	57.568
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	4.760	189.798
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	4.760	189.798
2.02	Passivo Não Circulante	7.030.068	5.299.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.796.228	4.849.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	559.688	508.710
2.02.01.02	Debêntures	5.236.540	4.340.390
2.02.02	Outras Obrigações	840.285	49.720
2.02.02.02	Outros	840.285	49.720
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	732.144	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	49.752	49.720
2.02.02.02.05	Contas a pagar s/ aquisição de empresas	37.118	0
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar - conta gráfica venda participação	21.271	0
2.02.03	Tributos Diferidos	16.480	16.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.480	16.767
2.02.04	Provisões	377.075	384.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	200.501	197.208
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	200.501	197.208
2.02.04.02	Outras Provisões	176.574	186.819
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	166.539	179.121
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	10.035	7.698

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	778.113	756.570
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.456	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.705	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	14.218	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	62.830	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	35.415	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	317.927	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	97.947

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	766.784	2.276.230	796.619	2.251.391
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-426.481	-1.226.424	-432.201	-1.179.157
3.03	Resultado Bruto	340.303	1.049.806	364.418	1.072.234
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.638	-133.735	-50.048	-151.172
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.432	-143.855	-57.554	-159.043
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	786	10.097	7.488	7.822
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8	23	18	49
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	292.665	916.071	314.370	921.062
3.06	Resultado Financeiro	-125.534	-348.263	-93.333	-341.880
3.06.01	Receitas Financeiras	69.872	163.212	37.239	94.973
3.06.02	Despesas Financeiras	-195.406	-511.475	-130.572	-436.853
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	167.131	567.808	221.037	579.182
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.068	-237.893	-91.540	-263.837
3.08.01	Corrente	-74.052	-236.953	-85.239	-253.837
3.08.02	Diferido	3.984	-940	-6.301	-10.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.063	329.915	129.497	315.345
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.198	-4.363	499	-3.410
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-1.198	-4.363	499	-3.410
3.10.01.01	Resultado líquido das operações descontinuadas	-1.198	-4.363	499	-3.410
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	95.865	325.552	129.996	311.935
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	93.528	317.927	125.342	299.553
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.337	7.625	4.654	12.382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,16808	0,57134	0,22524	0,53831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,16641	0,56566	0,22294	0,53212

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	95.865	325.552	129.996	311.935
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	95.865	325.552	129.996	311.935
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	93.528	317.927	125.342	299.553
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.337	7.625	4.654	12.382

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	951.529	978.085
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.365.017	1.355.470
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) Líquido das operações continuadas	329.915	315.345
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) das operações descontinuadas	-120.076	-38.813
6.01.01.03	Depreciação e amortização	346.389	310.641
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	972	4.354
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arr.mercan	436.326	360.953
6.01.01.06	Obrigações com Poder Concedente	44.956	38.859
6.01.01.07	Variação monetária Obrigações com Poder Concedente	-50	2.131
6.01.01.08	Atualização monetária e provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	16.264	9.002
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.521	-5.488
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	234	1.005
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23	-49
6.01.01.12	Tributos Diferidos	940	10.000
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.516	77
6.01.01.14	Capitalização de juros	-20.389	-12.430
6.01.01.15	Provisão para manutenção e construção de obras	71.213	79.544
6.01.01.16	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	23.497	26.078
6.01.01.17	Reserva de Capital - Premio de Opções - Acionistas não Controladores	4	18
6.01.01.18	Atualização e levantamento dos depósitos judiciais	-422	406
6.01.01.19	Atualização monetária aquisição participação	319	0
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	236.953	253.837
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-413.488	-377.385
6.01.02.01	Clientes	-335	14.316
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-23.565	1.404
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-5.202	-5.938
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-13.653	-6.941
6.01.02.05	Outros créditos	-4.375	-4.043
6.01.02.06	Fornecedores	-1.075	4.562
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-472	6.553
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.111	-47
6.01.02.09	Partes relacionadas	-10.041	12.471
6.01.02.10	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	6.203	6.095
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-222.910	-247.122
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-12.971	-10.554
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-90.537	-109.398
6.01.02.14	Pagamento Poder Concedente	-32.444	-38.743
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-532.166	-408.818
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-472.052	-415.816
6.02.02	Aportes de capital - acionistas não controladores	0	18.060
6.02.05	Pagamento de dividendos minoritários	0	-11.062

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.02.06	Efeito não caixa - Operações descontinuadas	3.494	0
6.02.07	Aquisição participação dos acionistas não controladores	-60.000	0
6.02.08	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	-3.608	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	768.902	-461.283
6.03.01	Pagamento Poder Concedente	-19.444	-14.114
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-3.489	3.686
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	1.693.554	431.570
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-447.078	-435.354
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-207.447	-105.014
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-28	4.105
6.03.10	Juros Pagos	-247.496	-346.162
6.03.12	Partes relacionadas	330	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.188.265	107.984
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.607.979	589.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.796.244	697.488

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.948	756.571
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.948	756.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.010	-207.447	0	0	-198.437	-105.573	-304.010
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233	3	236
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447	-2.156	-209.603
5.04.08	Aquisição participação de acionistas não controladores	0	8.777	0	0	0	8.777	-103.420	-94.643
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	317.927	0	317.927	7.625	325.552
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	317.927	0	317.927	7.625	325.552
5.07	Saldos Finais	360.900	36.456	62.830	317.927	0	778.113	0	778.113

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.005	-105.014	0	0	-104.009	7.016	-96.993
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	18.060	18.060
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.005	0	0	0	1.005	18	1.023
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014	-11.062	-116.076
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.553	0	299.553	12.382	311.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.553	0	299.553	12.382	311.935
5.07	Saldos Finais	360.900	27.264	7.791	299.553	0	695.508	91.981	787.489

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	2.632.275	2.564.778
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.886.034	1.890.354
7.01.02	Outras Receitas	345.430	273.087
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	400.811	401.337
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-885.629	-856.754
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-716.986	-705.538
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.120	-47.169
7.02.04	Outros	-134.523	-104.047
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.746.646	1.708.024
7.04	Retenções	-346.389	-310.641
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-346.389	-310.641
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.400.257	1.397.383
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.872	91.612
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23	49
7.06.02	Receitas Financeiras	163.212	94.973
7.06.03	Outros	-4.363	-3.410
7.06.03.01	Resulado de operações descontinuadas	-4.363	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.559.129	1.488.995
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.559.129	1.488.995
7.08.01	Pessoal	237.903	242.090
7.08.01.01	Remuneração Direta	185.725	180.172
7.08.01.02	Benefícios	40.929	46.833
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.249	15.085
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	459.415	473.177
7.08.02.01	Federais	347.393	367.542
7.08.02.02	Estaduais	4	1
7.08.02.03	Municipais	112.018	105.634
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	536.259	461.793
7.08.03.01	Juros	330.909	304.443
7.08.03.02	Aluguéis	24.784	24.940
7.08.03.03	Outras	180.566	132.410
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	325.552	311.935
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	317.927	299.553
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.625	12.382

Comentário do Desempenho**RESULTADOS CONSOLIDADOS****Receita Bruta Consolidada por Segmento**

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Concessões Rodoviárias	650,7	670,8	-3,0%	1.952,2	1.953,5	-0,1%
Receita de Construção	136,9	166,5	-17,8%	400,8	401,3	-0,1%
Ecoporto Santos	103,0	63,1	63,4%	272,0	202,3	34,5%
Serviços	45,7	48,2	-5,1%	140,1	146,3	-4,2%
Eliminações	(43,8)	(45,7)	-4,3%	(132,9)	(138,6)	-4,1%
RECEITA BRUTA	892,6	902,9	-1,1%	2.632,3	2.564,8	2,6%
(-) Receita de Construção	(136,9)	(166,5)	-17,8%	(400,8)	(401,3)	-0,1%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	755,7	736,4	2,6%	2.231,5	2.163,4	3,1%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Pessoal	84,8	80,0	6,0%	237,9	242,1	-1,7%
Conservação e Manutenção	21,2	20,9	1,4%	62,4	60,1	3,8%
Serviços de Terceiros	40,4	41,7	-3,2%	122,6	126,6	-3,2%
Seguros, Poder Concedente e Locações	25,5	25,8	-1,3%	80,5	77,6	3,8%
Outros	16,6	12,6	31,1%	48,5	40,3	20,4%
CUSTOS CAIXA	188,4	181,0	4,1%	551,9	546,7	0,9%
CUSTOS CAIXA (Excluindo ECO135)	184,0	181,0	1,6%	547,0	546,7	0,1%
Custo de Construção de Obras	136,9	166,5	-17,8%	400,8	401,3	-0,1%
Provisão para Manutenção	32,3	36,4	-11,1%	71,2	79,5	-10,5%
Depreciação e Amortização	117,2	105,8	10,8%	346,4	310,6	11,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	474,9	489,8	-3,0%	1.370,3	1.338,2	2,4%

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$474,9 milhões no 3T18 (-3,0%) e R\$1.370,3 milhões no 9M18 (+2,4%), devido principalmente ao menor nível de obras na concessionária Ecopistas em função da conclusão do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto no 1T18. **Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção e custo de construção, os custos caixa atingiram R\$188,4 milhões no 3T18 (+4,1%) e R\$551,9 milhões no 9M18 (+0,9%).**

Os custos caixa, excluindo os custos do início de operação da ECO135, **atingiram R\$184,0 milhões no 3T18 (+1,6%) e R\$547,0 milhões no 9M18 (+0,1%), abaixo da inflação de 4,5% do período.**

No 3T18 a Companhia apresentou gastos de R\$5,1 milhões com os Comitês Independente e de Gestão de Crise.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Concessões Rodoviárias	154,3	149,0	3,5%	464,0	459,5	1,0%
Ecoporto Santos	32,9	31,0	6,2%	97,7	92,7	5,4%
Serviços e Holding	45,2	46,9	-3,6%	123,6	133,4	-7,4%
Eliminações	(44,0)	(45,9)	-4,1%	(133,5)	(139,0)	-4,0%
CUSTOS CAIXA	188,4	181,0	4,1%	551,9	546,7	0,9%
CUSTOS CAIXA (Excluindo ECO135)	184,0	181,0	1,6%	547,0	546,7	0,1%
Custo de Construção de Obras	136,9	166,5	-17,8%	400,8	401,3	-0,1%
Provisão para Manutenção	32,3	36,4	-11,1%	71,2	79,5	-10,5%
Depreciação e Amortização	117,2	105,8	10,8%	346,4	310,6	11,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	474,9	489,8	-3,0%	1.370,3	1.338,2	2,4%

Os custos caixa do trimestre tiveram aumento de R\$5,3 milhões (+3,5%) no segmento de concessões rodoviárias, sendo R\$4,4 milhões relativos ao início da operação da ECO135 demonstrando disciplina na gestão de custos do principal segmento da Companhia e o segmento de Serviços e Holding apresentou redução de R\$1,7 milhão (-3,6%). Os custos caixa no Ecoporto Santos apresentaram aumento de R\$1,9 milhão.

EBITDA (Instrução CVM 527)

EBITDA (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Lucro Líquido	95,9	130,0	-26,3%	325,6	311,9	4,4%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	1,2	(0,5)	n.m.	4,4	3,4	27,9%
Lucro Líquido Operações Continuadas	97,1	129,5	-25,0%	329,9	315,3	4,6%
(+) Depreciação e Amortização	117,2	105,8	10,8%	346,4	310,6	11,5%
(+) Resultado Financeiro	125,5	93,3	34,5%	348,3	341,9	1,9%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	70,1	91,5	-23,5%	237,9	263,8	-9,8%
EBITDA¹	409,9	420,1	-2,4%	1.262,4	1.231,7	2,5%
(+) Provisão para Manutenção	32,3	36,4	-11,1%	71,2	79,5	-10,5%
EBITDA PRÓ-FORMA²	442,2	456,5	-3,1%	1.333,7	1.311,2	1,7%
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA	70,2%	72,5%	-2,3 p.p.	71,1%	70,9%	0,2 p.p.

¹ EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

² EBITDA calculado excluindo a Provisão de Manutenção

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	3T18	Margem	3T17	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	441,0	74,2%	459,4	75,5%	-4,0%
Concessões existentes	445,4	74,9%	459,4	75,5%	-3,0%
ECO135	(4,4)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	5,6	14,6%	1,2	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	(4,5)	-11,0%	(4,0)	n.m.	12,4%
EBITDA PRÓ-FORMA	442,2	70,2%	456,5	72,5%	-3,1%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	629,8		630,1		0,0%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

O EBITDA pró-forma teve redução de 3,1%, totalizando R\$442,2 milhões no 3T18 e a margem EBITDA foi de 70,2%, devido, principalmente, a queda de tráfego em função do impacto da não cobrança dos eixos suspensos dos caminhões que será objeto de reequilíbrio contratual. O EBITDA do segmento de concessões rodoviárias teve redução de R\$18,4 milhões (-4,0%) e o do Ecoporto apresentou melhora de R\$4,4 milhões.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	9M18	Margem	9M17	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	1.320,8	74,0%	1.320,9	74,2%	0,0%
Concessões existentes	1.325,6	74,3%	1.320,9	74,2%	0,4%
ECO135	(4,8)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos²	11,6	11,5%	(6,7)	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	1,3	n.m.	(3,1)	42,2%	-141,6%
EBITDA PRÓ-FORMA	1.333,7	71,1%	1.311,2	70,9%	1,7%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA³	1.875,4		1.850,1		1,4%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Considera outras receitas no valor de R\$8,7 milhões advindas de créditos do Fundaf no 9M18

³ Exclui receita de construção

No 9M18, o EBITDA pró-forma **cresceu 1,7%**, totalizando R\$1.333,7 milhões com margem EBITDA de 71,1%, crescimento de 0,2p.p..

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Juros sobre Debêntures	(107,6)	(81,5)	32,1%	(292,4)	(257,6)	13,5%
Varição Monetária sobre Debêntures	(33,2)	(3,4)	n.m.	(77,1)	(45,3)	70,4%
Juros sobre Financiamentos	(13,0)	(11,3)	15,3%	(38,5)	(46,9)	-17,8%
Varição Monetária sobre Direito de Outorga	-	(0,2)	n.m.	0,1	1,3	-96,2%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(3,9)	2,9	n.m.	(19,1)	(4,5)	n.m.
Receitas de Aplicações Financeiras	40,8	14,7	176,9%	101,6	53,6	89,8%
Ajuste a Valor Presente	(7,8)	(8,7)	-9,8%	(23,5)	(26,1)	-9,9%
Outros Efeitos Financeiros	(0,7)	(5,9)	-88,2%	0,7	(16,5)	-104,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(125,5)	(93,3)	34,5%	(348,3)	(341,9)	1,9%

O resultado financeiro apresentou aumento de 34,5% no 3T18 e de 1,9% no 9M18, sendo as variações mais representativas do trimestre destacadas abaixo:

- Juros sobre debêntures: aumento de R\$26,1 milhões em função da maior representatividade de debêntures no total da dívida;
- Varição monetária sobre debêntures: aumento de R\$29,8 milhões devido ao aumento do IPCA registrado no período (1,5% de jun a ago/18 vs 0,2% jun a ago/17);
- Juros sobre financiamentos: aumento de R\$1,7 milhão em função do maior volume de financiamento;
- Varição monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$6,8 milhões devido, principalmente, à valorização do Dólar em relação ao Real no 3T18 (+3,8%), quando comparado à desvalorização no 3T17 (-4,2%);
- Receita de aplicações financeiras: aumento de R\$26,1 milhões devido a maior disponibilidade de caixa;
- Outros efeitos financeiros: redução de R\$5,2 milhões em função de maior capitalização de juros na ECO101 e correção monetária dos valores referentes a venda da Elog.

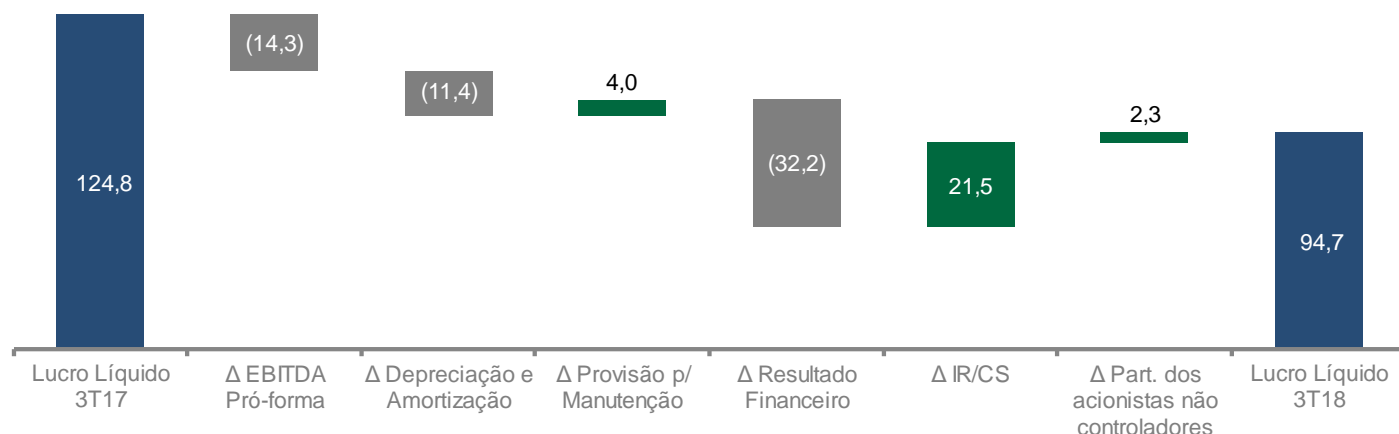
Os **Juros pagos** totalizaram R\$54,3 milhões no 3T18 (+99,0%) e R\$247,5 milhões no 9M18 (+28,5%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$70,1 milhões no 3T18 (-23,5%) e R\$237,9 milhões (-9,8%) no 9M18. Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13.b disponível nas Demonstrações Financeiras.

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido Comparável



Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
LUCRO LÍQUIDO¹	94,7	124,8	-24,1%	322,3	303,0	6,4%

¹ Exclui itens não recorrentes: efeitos dos resultados dos ativos mantidos para venda

O lucro líquido comparável foi de R\$94,7 milhões (-24,1%) no 3T18, influenciado pelo custo com provisão para manutenção (+R\$4,0 milhões), pelo imposto de renda e contribuição social (+R\$21,5 milhões), pelo resultado na rubrica acionistas não controladores (+R\$2,3 milhões) e impactado negativamente pela maior despesa financeira (-R\$32,2 milhões), pela depreciação e amortização (-R\$11,4 milhões) e pelo EBITDA pró-forma comparável (-R\$14,3 milhões) em função da queda do tráfego impactada pela não cobrança dos eixos suspensos dos caminhões que será objeto de reequilíbrio contratual.

No 9M18 o lucro líquido comparável foi de R\$322,3 milhões (+6,4%).

Disponibilidade Financeira e Endividamento

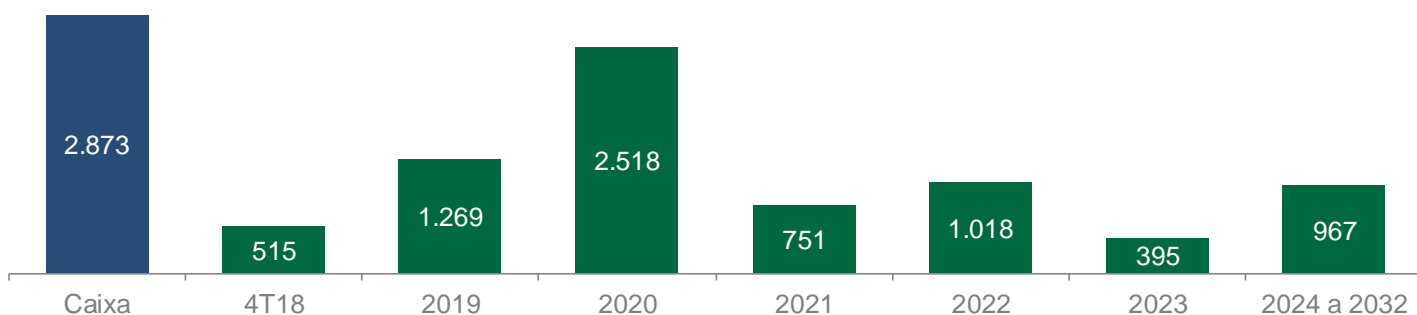
A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$7.433,9 milhões em setembro de 2018, aumento de 10,3% em relação a junho de 2018. Nesse trimestre, os principais impactos foram as emissões de debêntures de R\$350 milhões, em serie única, da empresa de Serviços (ECS), com taxa de IPCA+7,4% e 7 anos de prazo de vencimento e de R\$225 milhões na ECO135, com taxa de 117,5% do CDI e 2 anos de prazo de vencimento.

A dívida bruta, em 30 de setembro de 2018, era composta por 78% de vencimentos no longo prazo. O total de caixa e equivalentes foi de R\$2.873,1 milhões em setembro de 2018, e possuía a proporção de 1,8x a dívida com vencimento de curto prazo.

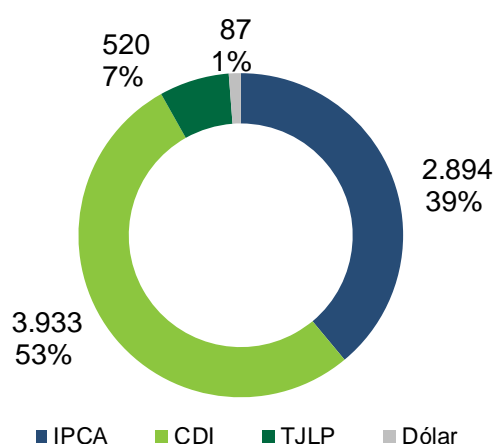
ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/09/2018	30/06/2018	Var.
Curto Prazo	1.637,7	1.344,4	21,8%
Longo Prazo	5.796,2	5.395,6	7,4%
Divida Bruta Total	7.433,9	6.740,0	10,3%
(-) Caixa e equivalentes	2.873,1	2.126,3	35,1%
Dívida Líquida	4.560,8	4.613,7	-1,1%
DÍVIDA LÍQUIDA/ EBITDA PRÓ-FORMA udm	2,57x	2,58x	-0,01x

Comentário do Desempenho

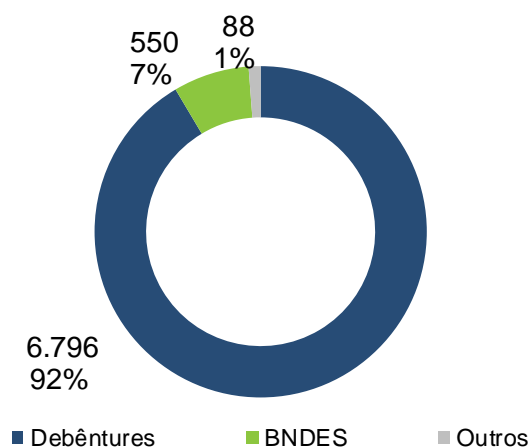
Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/09/2018:



Dívida Bruta – 30/09/2018
por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 30/09/2018
por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	3T18			9M18		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL
Concessões Rodoviárias	170,6	46,0	216,5	484,8	90,6	575,3
Ecovias dos Imigrantes	53,7	17,0	70,7	108,3	36,7	145,0
Ecopistas	6,1	4,1	10,1	51,7	10,6	62,3
Ecovia Caminho do Mar	5,8	5,8	11,6	12,9	8,0	20,9
Ecocataratas	17,7	12,3	30,0	51,1	24,4	75,5
Ecosul (100%)	17,9	2,3	20,2	52,0	6,2	58,2
ECO101 (100%)	48,4	-	48,4	158,0	-	158,0
Ecoponte	12,4	4,5	16,8	41,5	4,7	46,1
ECO135	8,7	-	8,7	9,4	-	9,4
Ecoporto Santos	0,7	-	0,7	2,3	-	2,3
Outros¹	1,9	-	1,9	5,5	-	5,5
CAPEX	173,2	46,0	219,1	492,6	90,6	583,1

Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da ECO101 e obras para a implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta na Ecovias dos Imigrantes.

O Capex realizado foi de R\$219,1 milhões no 3T18 e de R\$583,1 milhões no 9M18.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui oito concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em seis estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de outubro de 2018.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017"), publicadas no dia 1º de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas das novas exigências, exceto pela aplicação do CPC 47 Receitas de Contrato com Clientes.

Notas Explicativas

As controladas diretas Ecoporto Santos e Termareis Terminais Marítimos, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições do pronunciamento contábil CPC 47 uma vez que suas receitas já são reconhecidas à medida que atendem as obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Contudo houve a reclassificação dos valores de contraprestação variável e abatimento por volume, anteriormente classificados como custo dos serviços prestados, para deduções de vendas. Em 30 de setembro de 2017 foram reclassificados R\$99.069 para fins de comparabilidade, ajustado na Nota Explicativa nº 23, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC 47	Ajustado
Receitas com arrecadação de pedágio	1.890.354	-	1.890.354
Receitas de construção – ICPC 01	401.337	-	401.337
Receitas portuárias	202.276	-	202.276
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	70.811	-	70.811
Receita bruta total	2.564.778	-	2.564.778
Deduções de receita	(214.318)	(99.069)	(313.387)
Receita líquida	2.350.460	(99.069)	2.251.391

	30/09/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC47	Ajustado
Base de cálculo de impostos			
Receitas com arrecadação de pedágio	1.890.354	-	1.890.354
Receitas portuárias	202.276	-	202.276
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	70.811	-	70.811
	2.163.441	-	2.163.441
Deduções			
Cofins	(85.233)	-	(85.233)
PIS	(18.473)	-	(18.473)
ISS	(105.634)	-	(105.634)
Dedução do reconhecimento da receita (*)	(4.978)	(99.069)	(104.047)
	(214.318)	(99.069)	(313.387)

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas.

Com relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias e logística a Companhia não identificou impactos relevantes.

Notas Explicativas

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As controladas indiretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia reclassificaram R\$8.833, R\$5.376, R\$4.568 e R\$3.323, respectivamente, entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	559.605	(22.100)	537.505
Intangível	4.539.727	22.100	4.561.827
	<u>5.099.332</u>	<u>-</u>	<u>5.099.332</u>

A administração reclassificou de R\$38.743 entre as rubricas "Variações nos ativos e passivos" e "Caixa líquido atividades de financiamento" para o período findo em 30 de setembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(52.857)	38.743	(14.114)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	-	(38.743)	(38.743)
	<u>(52.857)</u>	<u>-</u>	<u>(52.857)</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação na Demonstração do Valor adicionado para o período findo em 30 de setembro de 2017, conforme abaixo:

Descrição da Conta	Controladora		
	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.170)	(446)	(4.616)
Materiais, Energia, Servs. De terceiros e Outros	(4.170)	(446)	(4.616)
Valor Adicionado Bruto	(4.170)	(446)	(4.616)
Valor Adicionado Líquido produzido	(18.132)	446	(17.686)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	422.456	(3.856)	418.600
Outros	446	(3.856)	(3.410)
Valor Adicionado Total a Distribuir	404.324	(3.410)	400.914
Distribuição do Valor Adicionado	404.324	(3.410)	400.914
Remuneração de Capitais Próprios	302.963	(3.410)	299.553
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	302.963	(3.410)	299.553

Notas Explicativas

Descrição da Conta	Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Insumos Adquiridos de Terceiros	(851.776)	(4.978)	(856.754)
Custos Prods, Mercs. E Servs Vendidos	(806.346)	100.808	(705.538)
Materiais, Energia, Servs. De terceiros e Outros	(53.252)	6.083	(47.169)
Outros	7.822	(111.869)	(104.047)
Valor Adicionado Bruto	1.713.002	(4.978)	1.708.024
Retenções	(315.619)	4.978	(310.641)
Outras	(4.978)	4.978	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência	82.592	9.020	91.612
Receitas Financeiras	82.543	12.430	94.973
Outros	-	(3.410)	(3.410)
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.479.975	9.020	1.488.995
Distribuição do Valor Adicionado	1.479.975	9.020	1.488.995
Remuneração de Capitais de Terceiros	449.363	12.430	461.793
Outras	119.980	12.430	132.410
Remuneração de Capitais Próprios	315.345	(3.410)	311.935
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	302.963	(3.410)	299.553

5. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 30 de setembro foi apurado o "ajuste do preço de compra" no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

Notas Explicativas

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPC-A a contar da data do fechamento.
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação;
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia havia reconhecido o montante líquido negativo de R\$3.494 referente aos passivos e ativos indenizatórios identificados na data de fechamento da operação. O montante está registrado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas".

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em atendimento ao item 9 do CPC31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

	Ecopátio Cubatão (*) 30/09/2018	Combinado (**) 31/12/2017		Ecopátio Cubatão (*) 30/09/2018	Combinado (**) 31/12/2017
Ativo:			Passivo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.686	7.691	Fornecedores	1.127	12.341
Clientes	4.414	33.018	Empréstimos e financiamentos	-	668
Partes relacionadas	1	17	Debêntures	-	124.905
Impostos a recuperar	19	1.184	Impostos e contribuições a recolher	360	2.273
Despesas antecipadas	93	674	Obrigações sociais e trabalhistas	1.295	6.932
Outros créditos	445	9.564	Partes relacionadas	257	509
Tributos diferidos	4.015	59.278	Outras contas a pagar	462	6.890
Depósitos judiciais	527	48.407	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.259	35.280
Imobilizado	63.813	66.477			
Intangível	1.433	5.606			
Total do ativo mantido para venda	77.446	231.916	Total do passivo mantido para venda	4.760	189.798

Notas Explicativas

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., pois conforme nota explicativa nº 5.a, a empresa Elog S.A. foi alienada e o montante da alienação está registrado na rubrica "contas a receber de venda de empresas".

(**) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação entre Elog Sul e Elog S.A. com a Multilog S.A.

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2018</u>
Valor de venda (a)	70.000
Caixa líquido (b)	<u>2.686</u>
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	<u><u>72.686</u></u>

- a) Valor estimado para alienação da Ecopátio Logística Cubatão Ltda.
- b) Refere-se ao valor ao caixa líquido em 30 de setembro de 2018 da controlada classificada como operação descontinuada.
- c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

O resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas (*)	Três meses findos em		Nove meses findo em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita líquida	7.326	50.096	45.156	152.544
Custo dos serviços prestados	<u>(7.712)</u>	<u>(46.732)</u>	<u>(52.784)</u>	<u>(139.967)</u>
Lucro Bruto	(386)	3.364	(7.628)	12.577
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(2.069)	(5.825)	(71.593)	(19.906)
Resultado financeiro	<u>(41)</u>	<u>(4.070)</u>	<u>(13.095)</u>	<u>(14.054)</u>
Resultado Operacional	(2.496)	(6.531)	(92.316)	(21.383)
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(40)</u>	<u>(320)</u>	<u>(56.378)</u>	<u>(364)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(2.536)</u>	<u>(6.851)</u>	<u>(148.694)</u>	<u>(21.747)</u>
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda (**)	<u>1.338</u>	<u>7.350</u>	<u>144.331</u>	<u>18.337</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u><u>(1.198)</u></u>	<u><u>499</u></u>	<u><u>(4.363)</u></u>	<u><u>(3.410)</u></u>

(*) Considera: Elog S.A. (janeiro e fevereiro/2018); Ecopátio (janeiro a setembro/2018).

(**) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

Notas Explicativas

	30/09/2018	30/09/2017
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	-	5.715
Cláusula de indenização contrato compra e venda	(1.033)	-
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	3.170	(9.125)
Aportes realizados (janeiro a março)	(54.700)	-
Quitação debêntures	125.438	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	71.456	21.747
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	<u>144.331</u>	<u>18.337</u>

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda

	30/09/2018	30/09/2017
Resultado do período	(148.694)	(21.747)
Itens que não afetam o caixa	151.791	36.107
Provenientes das mutações patrimoniais	6.304	(2.663)
Utilizado nas atividades de investimento	(1.275)	(2.478)
Utilizado nas atividades de financiamento	(128.202)	(48.032)
Operações descontinuadas líquido de caixa	<u>(120.076)</u>	<u>(38.813)</u>

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	31	14	33.538	38.078
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	75.615	8.032	1.596.824	1.528.089
Operações compromissadas (b)	-	-	33.784	18.030
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	1.119.975	-
Aplicações automáticas (d)	94	142	12.123	23.782
	<u>75.740</u>	<u>8.188</u>	<u>2.796.244</u>	<u>1.607.979</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 27,0% em Operações Compromissadas, 1,0% em Letra Financeira (LF), 54,6% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,7% (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do CDI (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,6% do CDI, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento	76.846	69.836
	<u>76.846</u>	<u>69.836</u>
Circulante	62.511	60.234
Não circulante	14.335	9.602

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte-Rio Niterói - Coponte, apenas operações BNDES.

Notas Explicativas

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	117.010	123.216
Receitas acessórias (b)	5.930	5.849
Recebíveis de portos (c)	24.228	16.339
Outras contas a receber	3.632	5.061
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	<u>(3.027)</u>	<u>(1.511)</u>
	<u>147.773</u>	<u>148.954</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) Refere-se à constituição de provisão das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	143.379	144.614
Vencidos:		
Até 30 dias	2.580	1.727
De 31 a 90 dias	1.480	789
De 90 a 120 dias	334	1.824
Acima de 120 dias	<u>3.027</u>	<u>1.511</u>
	<u>150.800</u>	<u>150.465</u>

A movimentação do período de nove meses nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período	1.511	1.368
Valores recuperados e baixados no período	(1.371)	(1.122)
Constituição de PECLD no período	<u>2.887</u>	<u>1.199</u>
Saldo no final do período	<u>3.027</u>	<u>1.445</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período	2.299	2.148	188.470	174.013
Adições	-	31	13.653	6.941
Baixas	-	(31)	(3.539)	(2.759)
Atualização monetária	111	124	3.961	2.353
Saldo no final do período	<u>2.410</u>	<u>2.272</u>	<u>202.545</u>	<u>180.548</u>

Notas Explicativas

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Natureza		
Cível	7.389	7.584
Tributário	10.613	9.434
Trabalhista	21.126	19.278
Meio Ambiente	51.041	49.405
Desapropriações	31.438	23.814
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i> (vide Nota Explicativa nº 21.a.ii)	78.592	76.719
Outros	2.346	2.236
	<u>202.545</u>	<u>188.470</u>

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Equivalência			
	30/09/2018	Resultado do período	participação direta - %	Investimento	patrimonial			
	Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.029.729	440.691	100	100	1.029.729	1.018.305	440.691	477.216
Ecoporto Santos S.A.	340.332	(25.380)	100	100	340.332	200.696	(25.380)	(65.593)
ELG-01 Participações Ltda.	56.140	(1.481)	100	100	56.140	55.821	(1.481)	(1.746)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	15.248	(4.676)	100	100	15.248	20.365	(4.676)	2.545
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.470	115	20	20	1.094	1.071	23	49
EIL-01 Participações Ltda.	341	8	100	100	341	333	8	13
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	(5.080)	(5.081)	100	-	(5.080)	-	(5.081)	-
EIL 02 S.A.	2	-	100	100	2	2	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	(1)
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	(1)
Lucros não realizados Eco101	-	-	-	-	(1.008)	(1.044)	41	40
Lucros não realizados Ecoporto	-	-	-	-	(862)	(859)	(3)	-
					<u>1.435.936</u>	<u>1.294.690</u>	<u>404.142</u>	<u>412.522</u>

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de setembro de 2018:

		Controladas diretas											Controladas indiretas										
EIL01	EIL02	Ecoporto Santos		Termares		Ecorodoanel		Concessões		EILG01		Anish	Paquetá	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocarataras	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135		
		341	8	341	8	341	8	341	8	341	8											341	8
Ativo		731.481	894.873	4.551.526	56.140	64.411	11.038	258.784	369.456	1.888.067	429.779	1.612.696	748.774	342.022	979.991								
Ativo circulante		53.401	892.256	1.285.508	79	438	38	91.907	45.965	203.384	79.539	157.752	53.851	92.739	235.819								
Ativo não circulante		678.080	26.460	3.266.018	56.061	63.973	11.000	166.877	323.491	1.684.683	350.240	1.454.944	694.923	249.283	744.172								
Passivo		731.481	894.873	4.551.526	56.140	64.411	11.038	258.784	369.456	1.888.067	429.779	1.612.696	748.774	342.022	979.991								
Passivo circulante		173.823	18.654	823.214	-	857	-	194.085	42.612	237.542	265.181	173.337	88.252	77.374	8.512								
Passivo não circulante		217.326	10.345	2.698.583	-	7.703	-	9.573	280.983	1.231.346	52.304	870.148	422.059	97.738	956.551								
Patrimônio líquido/(passivo a descoberto)		340.332	15.248	(5.080)	1.029.729	56.140	55.851	11.038	45.861	419.179	112.294	569.211	238.463	166.910	14.928								

		Controladas diretas											Controladas indiretas										
EIL01	EIL02	Ecoporto Santos		Termares		Ecorodoanel		Concessões		EILG01		Anish	Paquetá	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocarataras	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135		
		341	8	341	8	341	8	341	8	341	8											341	8
Receita líquida		64.924	35.550	-	124.413	-	18	-	216.264	267.303	783.609	273.378	248.454	280.190	115.323								
Custos dos serviços prestados		(52.938)	(29.722)	(97)	(72.007)	-	-	-	(95.410)	(128.702)	(308.770)	(177.493)	(139.049)	(233.090)	(59.554)	(4.898)							
Lucro bruto		11.986	5.828	(97)	52.406	-	18	-	120.854	138.601	474.839	95.885	109.405	47.100	55.769	(4.898)							
Despesas gerais e administrativas		(17.414)	(12.914)	-	(36.502)	-	(1.053)	(163)	(11.484)	(12.829)	(33.688)	(12.387)	(14.035)	(5.497)	(8.253)	(18)							
Amortização de investimentos		-	-	-	(4.196)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Outras receitas/despesas		8.994	12	-	4	-	-	-	-	(7)	621	477	(3)	-	-	-							
Equivalência patrimonial Lucro ou (prejuízo) antes do resultado financeiro		-	-	-	502.407	(1.484)	(167)	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Resultado financeiro, líquido		9	(27.985)	107	(7.601)	3	(281)	(4)	(7.811)	(13.877)	(63.074)	(15.320)	(63.832)	(13.375)	(4.697)	(257)							
Lucro ou (prejuízo) antes dos impostos		9	(24.419)	(6.967)	(7.698)	434.350	(1.481)	(1.483)	(167)	101.559	111.888	378.698	68.655	28.228	42.819	(5.173)							
Imposto de renda e contribuição social		(1)	(961)	2.291	2.617	6.341	-	-	(34.137)	(37.137)	(122.450)	(25.448)	(7.662)	(9.827)	(13.274)	1.758							
Lucro líquido/ (prejuízo)		8	(25.380)	(4.676)	(5.081)	440.691	(1.481)	(1.483)	(167)	67.422	74.751	256.248	43.207	18.401	29.545	(3.415)							
Resultado de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Resultado de operações continuadas		8	(25.380)	(4.676)	(5.081)	440.691	(1.481)	(1.483)	(167)	67.422	74.751	256.248	43.207	18.401	29.545	(3.415)							

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Redução de capital	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários	Equivalência patrimonial	30/09/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(438.125)	-	-	81	8.777	440.691	1.029.729
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	-	165.000	16	-	(25.380)	340.332
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	-	1.800	-	-	(1.481)	56.140
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(441)	-	-	-	-	(4.676)	15.248
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	-	23	1.094
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	-	8	341
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	-	1	-	-	(5.081)	(5.080)
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	-	2
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros não realizados - Eco101	(1.044)	-	(5)	-	-	-	41	(1.008)
Lucros não realizadas - Ecoporto	(859)	-	-	-	-	-	(3)	(862)
	1.294.690	(438.566)	(5)	166.801	97	8.777	404.142	1.435.936

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2017
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(458.409)	-	-	326	477.216	897.919
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-	-	-	13	330
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
EIL04 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
ELG-01 Participações Ltda.	55.446	-	1.885	-	-	(1.746)	55.585
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	224.000	-	57	(65.593)	203.973
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	-	-	-	2.545	12.200
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-	-	-	49	1.066
Lucros não realizados	(7.675)	-	-	5.713	-	40	(1.922)
	983.056	(458.409)	225.887	5.715	383	412.522	1.169.154

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2017	Amortização	30/09/2018
Ágio - Ecosul	4.238	(385)	3.853
Ágio - ELG01	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	340.414	(8.307)	332.107
	<u>382.396</u>	<u>(8.692)</u>	<u>373.704</u>
	31/12/2016	Amortização	30/09/2017
Ágio - Ecosul	4.753	(387)	4.366
Ágio - ELG01	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	357.254	(12.626)	344.623
	<u>399.751</u>	<u>(13.013)</u>	<u>386.733</u>

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. - Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - "ECS" (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes à aquisição, pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., de 42% do capital social da Eco101, que eram detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra estava sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 19 de setembro de 2018, a última condição precedente, qual seja, aprovação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), foi cumprida. Assim, nesta data, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., passou a ser detentora de 100% de participação no capital social da controlada indireta ECO101 Concessionária de Rodovias.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos

Notas Explicativas

como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul - Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia, e sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente à aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Ecosul que era detido pela Grant. A ECS pagou R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) foi paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) foi paga em 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 8 de fevereiro de 2018.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO - Em 1º de fevereiro de 2018, a Companhia e sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da holding Argovias Administração e Participações S.A. que detém 100% de participação na MGO, na data do fechamento. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. - Em 6 de fevereiro de 2018, a Companhia através de sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, e em 19 de junho, a Eco135, assinou o contrato de Concessão com a Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor nominal de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000.

Notas Explicativas**b) Consolidado**

Valores das investidas 30/09/2018	Percentual de participação direta - %		Investimento	Equivalência patrimonial
	30/09/2018	31/12/2017		
Patrimônio líquido	5.470	20	1.094	49
Resultado do período	115	20	1.094	49
			1.071	23
			1.071	23

Consórcio Rota do Horizonte
S.A.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Transf.	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/09/2018		Saldos em 31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20,0	6,5	1.439	37	1.475	(1.233)	(71)	(1.304)	171	206
Máquinas e equipamentos	10,0	1,0	264	-	263	(250)	(2)	(252)	11	14
Móveis e utensílios	10,0	2,9	549	-	549	(473)	(12)	(485)	64	76
Edificações	4,0	3,9	1.956	-	1.956	(835)	(57)	(892)	1.064	1.121
Outros	-	8,6	3.617	2	3.621	(2.059)	(234)	(2.293)	1.328	1.558
			7.825	39	7.864	(4.850)	(376)	(5.226)	2.638	2.975

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/09/2017		Saldos em 31/12/2016
<i>Hardwares</i>	20,0	6,8	1.317	101	1.418	(1.137)	(70)	(1.207)	211	180
Máquinas e equipamentos	10,0	1,0	258	-	258	(247)	(2)	(249)	9	11
Móveis e utensílios	10,0	2,9	549	-	549	(457)	(12)	(469)	80	92
Edificações	4,0	3,9	1.956	-	1.956	(759)	(57)	(816)	1.140	1.197
Imobilizado em andamento	-	-	116	-	116	-	-	-	116	116
Outros	-	8,9	3.485	15	3.500	(1.749)	(233)	(1.982)	1.518	1.736
			7.681	116	7.797	(4.349)	(374)	(4.723)	3.074	3.332

Notas Explicativas

b) Consolidado

Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual	
		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 30/09/2018		Saldos em 30/09/2018		Saldos em 31/12/2017			
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			
20,0	7,2	264.162	8.345	(1)	272.381	(14.601)	125	(155)	(246.987)	25.394	31.806
10,0	3,3	278.076	2.598	83	279.726	(6.915)	1.021	104	(126.440)	153.286	157.426
10,0	6,8	27.217	293	2	27.368	(1.394)	131	50	(16.951)	10.417	11.479
-	-	55.157	-	-	55.157	-	-	-	-	55.157	55.157
4,0	2,0	21.701	-	2	21.703	(327)	-	-	(3.455)	18.248	18.573
-	-	70.335	-	(614)	69.721	-	-	-	-	69.721	70.335
4,0	2,8	218.736	78	7.199	226.013	(4.767)	-	(2.283)	(69.374)	156.639	156.412
20,0	9,8	19.865	633	1.092	20.849	(1.513)	741	(371)	(15.451)	5.398	5.557
10,0	9,6	9.008	405	566	9.979	(702)	-	136	(818)	9.161	8.756
-	5,8	31.836	325	(8.329)	22.883	(986)	-	2.519	(8.299)	14.584	22.004
		996.093	12.677	(2.990)	1.005.780	(31.205)	2.018	-	(487.775)	518.005	537.505

Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual	
		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 30/09/2017		Saldos em 30/09/2017		Saldos em 31/12/2016			
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			
20,0	8,4	254.679	6.002	16	260.692	(16.302)	5	-	(227.792)	32.900	43.184
10,0	5,0	299.894	2.380	34	299.221	(128.978)	2.920	-	(137.343)	161.878	170.916
10,0	7,2	26.640	435	5	27.074	(13.805)	6	-	(15.244)	11.830	12.835
-	-	55.150	4	-	55.154	-	-	-	-	55.154	55.150
4,0	3,6	47.153	726	-	47.879	(1.285)	-	-	(22.904)	24.975	25.534
-	-	105.907	100	(35.673)	70.334	-	-	-	-	70.334	105.907
4,0	2,6	200.509	44	18.252	218.699	(56.792)	32	-	(60.960)	157.739	143.717
20,0	10,8	33.406	701	165	20.933	(24.403)	11.051	(9)	(15.035)	5.898	9.003
10,0	10,4	34.737	2.431	(34)	37.134	(7.195)	-	4	(10.002)	27.132	27.542
-	6,4	31.029	1.223	-	31.812	(8.054)	35	83	(9.432)	22.380	22.975
		1.089.104	14.046	(16.983)	1.068.932	(472.341)	14.049	78	(498.712)	570.220	616.763

Em 30 de setembro de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização		Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	30/09/2018
Softwares de terceiros	20,0	15,6	1.086	1.086	(766)	(893)	193	320
			1.086	1.086	(766)	(893)	193	320

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização		Residual	
			Saldos em 31/12/2016	Adições 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016	30/09/2017
Softwares de terceiros	20,0	16,1	1.049	29	(593)	(722)	356	456
			1.049	29	(593)	(722)	356	456

Notas Explicativas

- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 30 de setembro de 2018 foram 5,35% a.a. (5,54% a.a. em 30 de setembro de 2017).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2018 referem-se a: (i) Ecovia - R\$592 implantação da área de escave na rodovia BR 277; (ii) Ecosul - R\$3.132 implantação de iluminação do Polo de Pelotas e R\$1.117 recuperação de Obra de Arte Especial; (iii) Ecovias - R\$57.710 implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta km 18 ao km 23; (iv) Ecocataratas R\$3.841 estrutura da duplicação da BR 277 no trecho de Guarapuava; (v) Ecopistas - R\$34.994 obras de implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto em Taubaté; (vi) Eco101 - R\$40.874 restauração de pavimento da BR 101 e R\$28.084 obras de duplicação da BR 101, R\$29.699 obras de implantação do contorno de Iconha, R\$2.096 obras de implantação do contorno de Vitória, R\$7.810 recuperação e drenagem de obras de arte corrente da BR 101; (vii) Ecoponte - R\$15.807 implantação da alça de acesso da linha vermelha.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no período findo em 30 de setembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Consolidado				
	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018	30/09/2018
Realização do ágio na incorporação - Ecoporto	166.755	-	-	166.755	-
Realização do ágio na incorporação - Ecosul	2.929	-	(263)	2.666	(263)
Realização do ágio na incorporação - Ecocataratas	36.158	-	(6.924)	29.234	(6.924)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	47.443	3.077	(2.514)	48.006	563
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	49.591	16.771	(4.216)	62.146	12.555
Provisão para manutenção	95.399	14.058	(13.136)	96.321	922
AVP ônus Concessão	1.966	-	(449)	1.517	(449)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	83	660	(165)	578	495
Outros	6.215	1.070	(4.869)	2.416	(3.799)
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(48.430)	-	2.506	(45.924)	2.506
Depreciação societária	(9.529)	-	209	(9.320)	209
Juros capitalizados	(8.856)	(6.818)	63	(15.611)	(6.755)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	339.724	28.818	(29.758)	338.784	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(940)

(*) refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, Ecorodoanel e Eco135.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$355.264 no ativo não circulante e R\$16.480 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2018	8.669	511	9.180	32.232	(25)	32.207
2019	33.838	1.809	35.647	31.519	(50)	31.469
2020	30.468	948	31.416	26.509	(50)	26.459
2021	28.209	(547)	27.662	24.906	(50)	24.856
2022	7.759	(546)	7.213	7.307	(50)	7.257
Posteriores a 2022 (*)	246.321	(18.655)	227.666	234.018	(16.542)	217.476
	355.264	(16.480)	338.784	356.491	(16.767)	339.724

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

Notas Explicativas**b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	322.290	299.370	567.808	579.182
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(109.579)	(101.786)	(193.055)	(196.922)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações/PPR diretores	(1.972)	(2.775)	(4.204)	(4.693)
Equivalência patrimonial	135.779	140.257	8	17
Despesas indedutíveis	(5)	(28)	(180)	(473)
Amortização de ágio	(2.955)	(4.424)	18.358	17.170
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	819	668
Créditos tributários não constituídos (*)	(23.877)	(32.946)	(60.059)	(82.466)
Crédito tributário PERT Ecosul	-	3.593	-	3.593
Operações descontinuadas	1.483	1.159	1.483	(1.460)
Outros	1.126	543	(1.063)	729
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	3.593	(237.893)	(263.837)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	3.593	(236.953)	(253.837)
Impostos diferidos	-	-	(940)	(10.000)
Alíquota efetiva	-	-	41,9%	45,6%

(*) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos e EcoRodovias Infraestrutura e Logística.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período de Nove meses do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.551	32.516
Despesa IR/CS DRE	236.953	253.837
Total de IR/CS pagos no período	(222.910)	(247.123)
Saldo no final do período provisão IR/CS	38.594	39.230

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento Final	Taxa média de juros	30/09/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	110	148
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	179	212
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3,0% a.a.	-	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	-	3.920
Finame (e)	Ecocataratas	07/2020	6,01% a.a.	341	494
Finem (f)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	26.610	31.083
Finem (f)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	99.605	120.526
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0% a.a.	3.367	4.715
Finem (h)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	171.609	178.071
Finem (h)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	168.674	107.022
Financiamento (i)	Eco101	12/2019	21,27% a.a.	136	203
Finem (j)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	52.003	49.275
Finem (j)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	28.152	-
Leasing (k)	Ecosul	03/2018	25,13% a.a.	-	28
Em moeda estrangeira:					
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0% a.a.	86.819	87.644
				637.605	583.368
Circulante				77.917	74.658
Não circulante				559.688	508.710

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2018	31/12/2017
2019	13.413	68.524
2020	78.046	69.476
2021	68.281	59.366
2022	60.183	50.738
2023	51.910	43.607
Posteriores a 2023	287.855	216.999
	559.688	508.710

A movimentação do período de nove meses dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período	583.368	823.632
Adições	96.220	25.463
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	57.621	51.384
Pagamento principal	(64.876)	(296.001)
Pagamento de juros	(34.728)	(79.672)
Saldo no final do período	637.605	524.806

Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2018, com exceção do ICSD.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(g)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(i)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(j)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2018.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.
(k)	Ecosul	Leasing	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) patrimônio líquido deve ser superior a 20.000; (ii) a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total da controladora deve ser superior a 20%.	Alienação EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros em 30 de setembro de 2018 está demonstrado a seguir:

<u>Índices financeiros Ecopistas (f)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	35,30%
Cobertura da dívida	≥ 1,20	0,88 (a)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,51

<u>Índices financeiros Ecoporto (l)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	313.424
Patrimônio líquido/ativo total (Controladora – Ecorodovias Infraestrutura)	> 20%	7,9%(b)

<u>Índices financeiros Ecoponte (j)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	51,74%
Cobertura da dívida	≥ 1,30	n.m. (c)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	(0,08)

(a) Índice amparado por fiança da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços. O não atingimento do índice limita a distribuição de dividendos.

(b) O índice está amparado por Waiver.

(c) ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro de 2019).

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Eco101 são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	19.871	150 parcelas
B1	66.237	66.237	2.167	150 parcelas
B2	52.483	39.556	1.019	150 parcelas
B3	117.799	64.901	851	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	359.167	23.908	

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	70.483	114 mensais
b	85.528	85.528	55.426	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	14.000	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	3.266	114 mensais
k	29.846	22.438	6.495	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	355.396	277.384	160.584	

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Ecofonte são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	53.729	1.316	177 mensais
b	177.920	29.126	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	620	2	177 mensais
e	2.075	-	-	157 mensais
Total	417.000	83.475	1.318	

Notas Explicativas**15. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI	-	-	159.057	151.294
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI	-	-	164.702	156.626
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI	-	-	51.004	50.073
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI	-	-	55.197	52.443
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8/IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.222.277	1.194.292
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	205.437	195.228
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	420.197	447.317
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,8% a.a.	-	-	25.473	24.847
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	899.666	-
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.167	-
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI	88.333	84.053	-	-
3ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	133.720	-	133.720	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,42% a.a.	-	-	380.343	608.943
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª Série)	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	-	82.537	80.850
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0%/IPCA+5,35% a.a.	-	-	836.314	778.926
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	216.574	216.840
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2018	109,0% CDI	-	-	110.170	104.574
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,0% e 110,25% do CDI	-	-	1.095.658	1.070.399
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	32.371	30.038
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	-	-	356.648	-
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	122.805	252.558
			222.053	84.053	6.796.317	5.415.248
Circulante			4.567	-	1.559.777	1.074.858
Não circulante			217.486	84.053	5.236.540	4.340.390

A movimentação do período de nove meses das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período	84.053	-	5.415.248	4.106.628
Adição	128.887	79.945	1.597.334	406.107
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº25)	9.113	2.569	378.705	309.569
Pagamento principal	-	-	(382.202)	(139.353)
Pagamento de juros	-	-	(212.768)	(266.490)
Saldo no final do período	222.053	82.514	6.796.317	4.416.461

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

Notas Explicativas

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

2ª Emissão (Privada)

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 4 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 4/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/20 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Notas Explicativas

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será

Notas Explicativas

em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

3ª emissão

Em 23 de março de 2018, a Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020. As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Eco135

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI over, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	134.197	(1.780)	132.417	967.249	(7.760)	959.489
2020	2.450.984	(10.231)	2.440.753	1.122.409	(6.059)	1.116.350
2021	688.115	(5.669)	682.446	678.645	(5.152)	673.493
2022	961.094	(3.097)	957.997	943.362	(2.875)	940.487
2023	344.623	(1.102)	343.521	334.192	(1.246)	332.946
Posteriores a 2023	680.232	(826)	679.406	318.035	(410)	317.625
	5.259.245	(22.705)	5.236.540	4.363.892	(23.502)	4.340.390

Notas Explicativas

A companhia possui contratos com Cláusulas (“*covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,65x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,40x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	9,35x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	35,30%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,91x
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	4,23x
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,18x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,18x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,18x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,75x	2,40x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,56x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	4,95x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,28x
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,5x	5,28x
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,40x	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,28x	
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,28x	
7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x	
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,39x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
Ecorodoanel	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,15	2,59x
Ecoporto (*)	1ª	Dívida líquido/Ebitda	< 3,0x	8,39x
		Ebitda/Despesa financeira líquida	≥ 3,0x	0,57x

(*) Índice amparado por carta fiança da Companhia.

Notas Explicativas

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR	
Ecorodovias Concessões e Serviços	1ª série	15/10/2012	240.000	(6.626)	233.374	CDI + 0,79% a.a.	11,55% a.a.	
	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	5,00%+ IPCA a.a.	11,45% a.a.	
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	5,35%+ IPCA a.a.	11,33% a.a.	
	2ª série	24/05/2015	368.000	(2.492)	365.508	CDI + 1,42% a.a.	12,03% a.a.	
	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09% a.a.	
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,97% a.a.	
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	109,0% CDI	7,76% a.a.	
	1ª/2ª/3ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,77% a.a.	
				750.450	(2.854)	747.596	110,25% CDI	7,05% a.a.
				30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,49% a.a.
	1ª série	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,94% a.a.	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística	Série única	03/06/2017	80.000	(30)	79.970	105,5% CDI	7,17% a.a.	
	Série única	13/04/2018	130.000	(1.113)	128.887	CDI + 1,25%	7,68% a.a.	
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,86% a.a.	
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,85% a.a.	
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,71% a.a.	
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,85% a.a.	
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,80% a.a.	
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,72% a.a.	
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 1,80% a.a.	8,96% a.a.	
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	(485)	184.515	106,5% CDI	7,59% a.a.	
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,11% a.a.	
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,12% a.a.	
Eco135	Série única	15/08/2018	225.000	(942)	224.058	117,5% CDI	7,50% a.a.	
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28% a.a.	
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% CDI	11,92% a.a.	
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	(3.606)	896.394	119,0% CDI	7,61% a.a.	
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	(4.356)	595.644	CDI + 1,85% a.a.	12,12% a.a.	
			<u>7.020.000</u>	<u>(84.896)</u>	<u>6.935.104</u>			

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 30 de setembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Ativo			Passivo		Resultado		
	Natureza	Circulante	Não circulante/ Intangível	Circulante	Não circulante	(Despesa) /Receita	Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	1.052	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta	-	-	-	348.296	-	(25.712)	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controlada direta	-	-	133.826	621.584	-	-	(26.839)
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada indireta	54	-	-	-	472	-	-
Ecorodoanel (e)	Controlada direta	79	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Controlada direta	-	36.614	-	-	-	2.888	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (g)	Controlada direta	-	4.847	-	-	-	382	-
Total em 30 de setembro de 2018		1.185	41.461	133.826	969.880	472	(22.442)	(26.839)
Total em 31 de dezembro de 2017		1.324	38.681	414.666	640.347			
Total em 30 de setembro de 2017						4.019	30.715	57.486
Consolidado	Natureza	Circulante Clientes	Ativo Não circulante/ Intangível	Passivo Circulante	Resultado Custos e Despesas			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	68	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	32	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (j)	Outras partes relacionadas	153	-	-	-	-	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (k)	Outras partes relacionadas	-	35.784	2.288	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (k)	Outras partes relacionadas	-	2.998	152	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (l)	Outras partes relacionadas	-	5.734	-	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A (m)	Outras partes relacionadas	-	21.632	-	-	-	-	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	-	7.799	-	-	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (o)	Outras partes relacionadas	-	6.934	-	-	-	-	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	-	6.178	-	-	-	-	-
Incospal Constr. Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	725	-	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (r)	Outras partes relacionadas	-	10.569	343	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (s)	Outras partes relacionadas	-	9.759	2.770	-	-	-	-
Vix Logística S.A (t)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	3.876	-
Unimar Transportes Ltda. (u)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	3.603
Total em 30 de setembro de 2018		253	108.112	5.553	7.479			
Total em 31 de dezembro de 2017		583	290.677	15.594				
Total em 30 de setembro de 2017								9.208

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de remuneração dos administradores).
- (b) O valor de R\$348.296 (R\$326.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. O mútuo será corrigido pela taxa de 105,0% do CDI com vencimento em 12 de junho de 2020.
- (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.
- (d) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo de serviços a pagar de R\$54 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não está sujeito a encargos e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A., O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (h) A controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$176.929, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já realizados em 30 de setembro de 2018 é de R\$68, com vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (i) Refere-se a troca de Numerários entre as controladas Ecopátio Cubatão e Ecopistas.
- (j) Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas entre as controladas Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão.
- (k) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.825. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2018, os saldos em aberto a pagar de R\$2.440 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) A CR Almeida Engenharia e Obras S.A., detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, foi contratada para a execução obra do

Notas Explicativas

prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03 da controlada indireta Ecopistas. O valor do contrato é de R\$120.779. O prazo para execução dos serviços foi 31 de março de 2018. Em 30 de setembro de 2018, não há saldo a pagar, de serviços já realizados.

- (m) A SBS Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Grant Concessões e Participações, que possuía 14,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (n) A A.Madeira Ind. e Com. Ltda foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (o) A Contek Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (p) A Engenharia e Construções Araribóia Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (q) A Incospal Construções Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (r) O Consórcio Baixada Santista, presta serviços de execução de serviços de implantação de acesso na SP-150 Rodovia Anchieta pista norte KM 56. O preço global firmado é de R\$22.899. O prazo de execução desses serviços é em 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2018 o saldo de serviços a pagar de R\$343 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (s) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do rio de janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605. O prazo de execução desses serviços é em 31 de março de 2020. Em 30 de setembro de 2018 o saldo de serviços a pagar de R\$2.770 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (t) A Vix Logística Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (u) A Unimar Transportes Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de setembro de 2018 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/09/2018	31/12/2017
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	140.133	133.628
	EcoRodovias					
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI a.a.	348.296	326.441
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI a.a.	36.613	34.158
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI a.a.	4.847	4.522
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI a.a.	6.161	5.748
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI a.a.	2.086	1.946
					<u>538.136</u>	<u>506.443</u>

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$19.324 (R\$19.176 para o exercício de 2017), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do período de Nove meses provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	3.926	2.685
Plano de retenção	2.237	2.162
Plano de opção com base em ações	(419)	621
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	68	1.536
Seguro de vida	5	6
Assistência saúde	91	132
Previdência privada	153	238
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	971	1.442
	<u>7.032</u>	<u>8.822</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	<u>30/09/2018</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.142.368	88.082	-	-	1.230.450
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(232.403)	(16.869)	-	-	(249.272)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(90.317)	-	(899.849)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	169.191	-	-	21.161	190.352
	<u>269.624</u>	<u>71.213</u>	<u>(90.317)</u>	<u>21.161</u>	<u>271.681</u>
Circulante	90.503				105.142
Não circulante	179.121				166.539

Notas Explicativas

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº24)	1.002.111	100.325	-	-	1.102.436
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº24)	(210.773)	(20.781)	-	-	(231.554)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(99.764)	-	(762.279)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	139.249	-	-	22.457	161.706
	268.072	79.544	(99.764)	22.457	270.309
Circulante	87.531				75.289
Não circulante	180.541				195.020

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(220)	-	(47.541)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	15.939	-	2.336	18.275
	65.266	(220)	2.336	67.382
Circulante	57.568			57.347
Não circulante	7.698			10.035

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(9.634)	-	(45.501)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	11.111	-	3.621	14.732
	71.892	(9.634)	3.621	65.879
Circulante	38.124			43.084
Não circulante	33.768			22.795

Notas Explicativas**19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO****i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	-	6.330
Fixas - Eco135 (l)	733.341	-
Variável - Ecovias (b)	1.238	1.500
Variável - Ecopistas (b)	393	412
Variável - Ecosul (e)	268	214
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	532	518
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	276	269
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	257	257
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	488	466
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	302	302
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF (j)	2.301	2.794
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (k)	451	426
	<u>739.847</u>	<u>13.488</u>
Circulante	7.703	13.488
Não circulante	732.144	-

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo foi pago em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos desde o mês de início de arrecadação, reajustados anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em maio de 2018, a controlada indireta Ecovias efetuou o pagamento da última parcela do ônus.
- b) A parcela variável da controlada Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de setembro de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2018, a parcela reajustada é de R\$302 (R\$302 em 31 de dezembro de 2017).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de setembro de 2018, o valor atualizado é de R\$276 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).
- i) Taxa de fiscalização da controlada Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

Notas Explicativas

- j) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- k) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- l) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do período de nove meses das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período	13.488	32.441
Adição (*)	2.312.752	-
Ajuste a valor presente (*)	(1.605.947)	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	44.956	40.180
Variação monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 25)	(50)	(1.321)
Custos financeiros capitalizados (**)	26.536	-
Pagamento do principal	(51.888)	(52.857)
Saldo no final do período	<u>739.847</u>	<u>18.443</u>

(*) Refere-se ao contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A..

(**) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Notas Explicativas

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-281 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

30/09/2018								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	63.124	183.374	303.622	44.567	62.200	1.568.830	615.187	2.840.904
Conservação especial (manutenção)	29.457	62.861	180.295	156.352	386.268	581.184	427.261	1.823.678
Equipamentos	11.066	37.597	54.336	9.039	230.366	354.197	88.211	784.812
Total	103.647	283.832	538.253	209.958	678.834	2.504.211	1.130.659	5.449.394

31/12/2017								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas, cujo valor adicional é de R\$284 milhões.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que após correção pela inflação totalizou R\$278 milhões, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

Notas Explicativas

20. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Notas Explicativas

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à citação de 2 (duas) subsidiárias da Companhia (Concessionária Ecovia do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas) no inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e no inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos ora em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Sobre o desdobramento em uma segunda fase de operações, com notícias veiculadas na mídia referentes às buscas e apreensões em 3 (três) subsidiárias da Companhia (Concessionária Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços), prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que a apuração continua sendo conduzida pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, em complemento das investigações no inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e no inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente, cujas principais responsabilidades são (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação às políticas internas e procedimentos relativos à investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. O Comitê Independente reporta diretamente ao Conselho de Administração. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação das empresas Koury Lopes Advogados e FTI Consulting. A Companhia informa que os trabalhos de investigação independente continuam em andamento, com a análise dos documentos enviados pela Companhia, em atendimento das solicitações feitas pelas empresas Koury Lopes Advogados e FTI Consulting. As subsidiárias Ecovia e Ecocataratas não foram objeto de denúncia em ação penal. Em relação às notícias informando a intervenção do Estado do Paraná e do DER/PR nas concessionárias das rodovias do Anel de Integração, em 5 de outubro de 2018, a companhia e suas controladas indiretas Rodovia das Cataratas S.A. ("Ecocataratas") e a Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia"), em atendimento as disposições da Instrução CVM no 358/02, informaram ao mercado e a seus acionistas que, o Governo do Estado do Paraná publicou na noite de 4 de outubro de 2018, no Diário Oficial do Estado do Paraná, os Decretos no 11.241/18 e no 11.244/18 ("Decretos"), declarando intervenção do Governo do Estado do Paraná nos Contratos de Concessão nº 073/97 e 076/97, celebrados, respectivamente, entre as Controladas e o Estado do Paraná,

Notas Explicativas

por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, em 14 de novembro de 1997.

As intervenções decretadas terão prazo de duração inicial limitado a 180 (cento e oitenta) dias e entram em vigor na data de sua publicação. Ecovia e Ecocataratas ajuizaram ação judicial em 5 de outubro de 2018 contra o Estado do Paraná, DER/PR, DNIT, ANTT e União em razão do Decreto Estadual que determinou a intervenção nas Concessões. As concessionárias alegaram que a intervenção, além de caráter eleitoreiro, não presta para atingir a finalidade prevista em lei. Há desvio de finalidade na intervenção decretada, que, na prática, tem intuito meramente fiscalizatório, sem interferir na gestão do contrato. O juiz deferiu a liminar favorável às concessionárias para fins de esclarecer que não se trata de intervenção, e sim de inspeção. O interventor (ora denominado inspetor) não pode praticar atos que extrapolem uma inspeção. Terá acesso aos dados relativos à administração das concessionárias, porém sem qualquer ato de gestão das Concessionárias. A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da Ecovia e da Ecocataratas.

Com relação aos pedidos formulados pelo Estado do Paraná, a Companhia avaliou junto aos seus assessores jurídicos externos os quais classificam o risco de perda como possível.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão suspensos no Gabinete de Conciliação do TRF – 3ª Região. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de

Notas Explicativas

arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.113	7.309	(446)	9.976
(-) Pagamentos	(2.767)	(10.204)	-	(12.971)
(+) Atualização monetária	4.246	2.264	(222)	6.288
Saldos em 30 de setembro de 2018	157.921	33.064	9.516	200.501
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.520	26.624	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.723)	5.570	(716)	2.131
(-) Pagamentos	(5.897)	(4.657)	-	10.554)
(+) Atualização monetária	4.830	3.054	1.118	9.002
Saldos em 30 de setembro de 2017	142.730	30.591	9.626	182.947

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$563.676 em 30 de setembro de 2018 (R\$530.826 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação do juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de setembro de 2018 é de R\$ 51.041 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de

Notas Explicativas

reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 7 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguardamos publicação do acórdão que será objeto de recursos aos Tribunais Superiores. Em 30 de setembro de 2018, o valor contingenciado é de R\$78.592 (R\$76.719 em 31 de dezembro de 2017). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2017, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$108.980, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se o início da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível. Em 30 de setembro de 2018 o valor pleiteado é de R\$354.606.
- (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$93.304 (R\$115.828 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

No mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a

Notas Explicativas

Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de setembro de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$171.896 (R\$158.746 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 30 de setembro de 2018 é de R\$121.011 (31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O montante de dividendos pagos em 30 de setembro de 2018 é de R\$207.447 referente a resultado do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.236.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 30 de setembro de 2018, de R\$7,16 (R\$12,30 em 31 de dezembro de 2017). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 30 de setembro de 2018, é de R\$16.013.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do período de nove meses das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período	97.948	72.583
Participação nos lucros do período	7.625	12.382
Reserva de capital – plano de opções	3	18
Aquisição de participação Ecosul	(4.025)	-
Aquisição de participação Eco101	(99.395)	-
Aumento de capital	-	18.060
Pagamento de dividendos/Juros sobre capital próprio	(2.156)	(11.062)
Saldo no final do período	-	91.981

Notas Explicativas**23. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017 Ajustado (*)	30/09/2018	30/09/2017 Ajustado (*)
Receita com arrecadação de pedágio (a):				
Pedágio em numerário	249.196	265.120	769.060	795.703
Pedágio por equipamento eletrônico	308.468	325.111	921.176	933.852
Vale-pedágio	71.508	59.439	195.358	159.992
Outras	128	218	440	807
	<u>629.300</u>	<u>649.888</u>	<u>1.886.034</u>	<u>1.890.354</u>
Receitas de construção (b)	136.941	166.549	400.811	401.337
Receitas portuárias (c)	103.045	63.068	272.040	202.276
Receitas acessórias e <i>intercompany</i> (d) (e)	23.357	23.414	73.390	70.811
	<u>263.343</u>	<u>253.031</u>	<u>746.241</u>	<u>674.424</u>
Receita bruta total	892.643	902.919	2.632.275	2.564.778
Deduções do reconhecimento da receita	(125.859)	(106.300)	(356.045)	(313.387)
Receita líquida	<u>766.784</u>	<u>796.619</u>	<u>2.276.230</u>	<u>2.251.391</u>

(*) De acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(e) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias e para Elog S.A. (entre os meses de março e abril de 2018).

Notas Explicativas

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017 Ajustado (*)	30/09/2018	30/09/2017 Ajustado (*)
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	629.300	649.888	1.886.034	1.890.354
Receitas portuárias	103.045	63.068	272.040	202.276
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	23.357	23.414	73.390	70.811
	<u>755.702</u>	<u>736.370</u>	<u>2.231.464</u>	<u>2.163.441</u>
<u>Deduções</u>				
Cofins (i)	(30.869)	(28.747)	(89.996)	(85.233)
PIS (ii)	(6.690)	(6.229)	(19.504)	(18.473)
ISS (iii)	(38.438)	(36.037)	(112.018)	(105.634)
ICMS	-	-	(4)	-
Dedução do reconhecimento da receita (*)	(49.813)	(30.309)	(134.397)	(99.069)
Abatimentos	(49)	(4.978)	(126)	(4.978)
	<u>(125.859)</u>	<u>(106.300)</u>	<u>(356.045)</u>	<u>(313.387)</u>

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

Notas Explicativas

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado				
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal	8.169	7.013	15.497	15.062	84.778	79.961	237.903	242.090
Conservação e manutenção	6	73	282	274	21.211	20.925	62.405	60.134
Serviços de terceiros (*)	426	964	4.732	3.196	40.361	41.695	122.642	126.646
Seguros	153	58	378	299	3.743	3.853	10.722	12.433
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e nº 12)	164	170	503	503	117.223	105.783	346.389	310.641
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	-	-	13.960	13.516	44.956	40.180
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	210	205	674	670	7.788	8.450	24.784	24.940
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	-	-	-	-	32.349	36.391	71.213	79.544
Custo de construção de obras	-	-	-	-	136.941	166.549	400.811	401.337
Outros custos e despesas operacionais	285	295	1.066	846	16.559	12.632	48.454	40.255
	9.413	8.778	23.132	20.850	474.913	489.755	1.370.279	1.338.200
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	426.481	432.201	1.226.424	1.179.157
Despesas gerais e administrativas	9.413	8.778	23.132	20.850	48.432	57.554	143.855	159.043

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado				
	Três meses findos em		Três meses findos em	Três meses findos em		Nove meses findos em		
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017		
Receitas financeiras:	1.219	2.245	5.262	3.930	40.787	14.729	101.627	53.551
Receita de aplicações financeiras	680	1.247	3.270	3.565	-	-	-	-
Juros sobre mútuos	-	-	-	-	-	(167)	50	1.321
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	12.050	11.571	12.483	11.571
Variação monetária sobre debêntures	353	562	1.131	1.993	3.057	1.078	14.760	5.642
Atualização monetária de créditos fiscais	-	-	-	-	5.452	5.155	9.300	10.048
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	6.720	4.760	20.389	12.430
Juros Capitalizados	1.405	-	2.763	-	1.405	-	2.763	-
Variação monetária – Venda Elog S.A.	1	-	1	-	401	113	1.840	410
Outras	3.658	4.054	12.427	9.488	69.872	37.239	163.212	94.973
Despesas financeiras:	(1.454)	-	(4.273)	-	-	-	-	-
Juros sobre debêntures privada	(9.808)	(18.079)	(31.406)	(57.486)	(107.631)	(81.474)	(292.371)	(257.562)
Juros sobre debêntures/cessão de dívida	-	-	-	-	(13.048)	(11.317)	(38.540)	(46.881)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(45.220)	(15.012)	(89.596)	(56.831)
Variação monetária sobre debêntures	(137)	(27)	(273)	(28)	(2.100)	(1.562)	(9.221)	(6.747)
Amortização de custos com emissão de debêntures e assunção de dívidas	-	-	-	-	(7.838)	(8.693)	(23.497)	(26.078)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras	-	-	-	-	(9.395)	(2.270)	(28.381)	(14.551)
Variação cambial/monetária sobre financiamentos	(5.713)	(10.654)	(25.712)	(30.715)	-	-	-	-
Juros sobre mútuo	(37)	(157)	(110)	(157)	(2.063)	(2.508)	(6.688)	(8.268)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(185)	(203)	(1.065)	(483)	(5.113)	(1.110)	(15.065)	(12.898)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(16)	(24)	(87)	(353)	(2.998)	(6.626)	(8.116)	(7.037)
Outras	(17.350)	(29.144)	(62.926)	(89.222)	(195.406)	(130.572)	(511.475)	(436.853)
Resultado financeiro, líquido	(13.692)	(25.090)	(50.499)	(79.734)	(125.534)	(93.333)	(348.263)	(341.880)

Notas Explicativas**26. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro básico – resultado do período	0,57	0,53
Lucro diluído – resultado do período	0,57	0,53
Lucro básico – resultado de operações continuadas	0,58	0,54
Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,57	0,53

a) Lucro básico por ação

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	317.927	299.553
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	322.290	302.963
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.236)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.466
Lucro básico por ação - R\$	0,57	0,53
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,58	0,54

b) Lucro diluído

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	317.927	299.553
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	322.290	302.963
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.466
Plano Executivo de opção de compra de ações	5.580	6.472
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	562.043	562.938
Lucro diluído por ação - R\$	0,57	0,53
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,57	0,53

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Dívida (a)	222.053	84.053	8.173.769	6.012.104
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(75.740)	(8.188)	(2.873.090)	(1.677.815)
Dívida líquida	146.313	75.865	5.300.679	4.334.289
Patrimônio líquido (b)	778.113	658.623	778.113	756.570
Índice de endividamento líquido	0,19	0,12	6,81	5,73

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,7% do CDI (98,6% em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	33.538	33.538
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	147.773	147.773
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	2.839.552	2.839.552
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	88.469	88.469
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	637.605	637.605
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	6.796.317	6.796.317
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	739.847	2.328.515
Phantom Stock Option (e)	Outros passivos financeiros	5.312	5.312

Notas Explicativas

- (a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (e) O valor do *Phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*.

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem,

Notas Explicativas

Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ecoporto Santos S.A. - USD	22.169	27.047

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$91.266 (R\$102.928 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	165.601	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	27.941	155.369	-	-
Debêntures - Ecosul	110,75% CDI	4.479	52.472	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	9.070	52.669	-	-
Debêntures Privadas - EIL	105,5% CDI	14.292	84.199	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25%	14.376	135.243	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	218.904	191.707	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	82.858	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI a.a.	228.772	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,5% CDI	58.946	24.240	25.771	405.896
Debêntures - ECS	109,0% CDI	111.927	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	29.336	21.330	322.207	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	71.700	52.136	51.923	782.804
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%	3.389	2.027	2.103	45.226
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438%	33.409	28.593	29.688	561.355
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8% a.a.	26.017	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	9.221	10.608	10.577	116.737
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	16.407	7.822	8.314	136.784
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	18.695	11.392	12.111	211.183
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	129.988	-	-	-
Debêntures - Ecocataratas	106,5% CDI	214.161	-	-	-
Debêntures - Ecorodoanel	119,0% CDI	69.053	930.572	-	-
Debêntures - Eco135	117,5% CDI	18.482	239.503	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45 a.a.	35.963	33.612	25.745	21.673
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84 a.a.	50.117	50.204	50.204	399.681
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	131.957	119.932	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	122.105	120.223	143.804	159.834
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	60.881	33.292	231.267	455.144

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	154.060	149.931	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	59.957	43.608	45.244	1.206.199
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.031	6.634	6.212	14.056
Empréstimos e Financiamentos Eco101	21,27% a.a.	122	31	-	-
Finame Ecosul	6,00% a.a.	56	53	8	-
Finame - Ecocataratas	6,00% a.a.	215	144	-	-
Finame - Ecocataratas	2,50% a.a.	48	47	46	48
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	1.938	1.557	58	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M+VC+2,00% a.a.	23.451	22.556	21.635	30.740
		2.224.925	2.581.706	986.917	4.547.360

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	167.521	125.641	83.761
Juros sobre debêntures (b)	Alta do CDI	(532.609)	(614.542)	(695.827)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(193.377)	(195.551)	(197.733)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(2.618)	(3.272)	(3.927)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (c)	Alta da IPCA	(260)	(329)	(398)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(45.689)	(57.010)	(68.331)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta do USD	(3.454)	(4.929)	(6.647)
Juros a incorrer, líquidos		(610.486)	(749.992)	(889.102)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são Nove meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	7,63%	5,72%	3,82%
CDI (b)	7,63%	9,54%	11,45%
IPCA (c)	4,22%	5,28%	6,33%
TJLP (d)	6,56%	8,20%	9,84%
USD (e)	3,5700	4,4625	5,3550

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("*Chief Operating Decision-Maker - CODM*").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "*Holdings*" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "*Holding*" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Concessões rodoviárias	90,7%	87,7%
" <i>Holding</i> " e serviços	5,2%	5,2%
Portos	4,1%	7,1%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de setembro de 2018. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

Notas Explicativas

			30/09/2018
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços
Ativo	7.524.443	767.481	6.825.305
Ativo circulante	1.853.211	71.188	1.478.531
Ativo não circulante	5.671.232	696.293	5.346.774
Passivo	7.524.443	767.481	6.825.305
Passivo circulante	1.089.554	192.477	978.675
Passivo não circulante	4.817.999	219.424	3.915.415
Patrimônio líquido	1.616.890	355.580	1.931.215
			30/09/2018
Demonstração do Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	2.184.521	100.159	124.431
Custos dos serviços prestados	(1.147.063)	(82.345)	(72.007)
Lucro bruto	1.037.458	17.814	52.424
Despesas gerais e administrativas	(98.191)	(30.328)	(60.850)
Amortização de investimentos	-	-	(12.887)
Outras receitas/(despesas)	1.089	9.006	474
Equivalência patrimonial	-	-	904.898
Lucro operacional antes do resultado financeiro	940.356	(3.508)	884.059
Resultado financeiro, líquido	(189.844)	(27.878)	(130.541)
Lucro operacional antes dos impostos	750.512	(31.386)	753.518
Imposto de renda e contribuição social	(245.561)	1.329	6.339
Lucro líquido	504.951	(30.057)	759.857
Resultado das operações descontinuadas	-	-	4.363
Resultado das operações continuadas	504.951	(30.057)	755.494
			31/12/2017
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços
Ativo	5.400.998	759.799	6.226.392
Ativo circulante	661.509	54.280	1.708.689
Ativo não circulante	4.739.489	705.519	4.517.703
Passivo e patrimônio líquido	5.400.998	759.799	6.226.392
Passivo circulante	614.324	192.378	1.237.957
Passivo não circulante	3.234.938	346.361	3.188.761
Patrimônio líquido	1.551.736	221.060	1.799.674

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado	30/09/2017		
	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	2.181.638	78.393	129.946
Custo dos serviços prestados	(1.109.305)	(75.936)	(68.013)
Lucro bruto	1.072.333	2.457	61.933
Amortização de investimentos	-	-	(16.381)
Outras receitas	151	7.686	438
Receitas (despesas) operacionais	(100.478)	(32.335)	(74.830)
Equivalência patrimonial	-	-	933.421
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	972.006	(22.192)	904.581
Resultado financeiro	(173.687)	(39.231)	(128.962)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	798.319	(61.423)	775.619
Imposto de renda e contribuição social	(263.156)	(1.624)	943
Lucro/(prejuízo) líquido do período	535.163	(63.047)	776.562
Resultado das operações continuadas	-	-	773.152
Resultado das operações descontinuadas	-	-	3.410

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações na venda de participação da Elog S.A. no montante de R\$3.494, detalhada na nota explicativa nº 5.b).

c) Efeito não caixa

Em 19 de junho de 2018, a controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o direito de outorga da Concessão em contrapartida com Obrigações com Poder Concedente.

Notas Explicativas

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de outubro de 2018, a companhia e suas controladas indiretas Rodovia das Cataratas S.A. ("Ecocataratas") e a Concessionaria Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia"), em atendimento as disposições da Instrução CVM no 358/02, informaram ao mercado e a seus acionistas que, o Governo do Estado do Paraná publicou na noite de 4 de outubro de 2018, no Diário Oficial do Estado do Paraná, os Decretos no 11.241/18 e no 11.244/18 ("Decretos"), declarando intervenção do Governo do Estado do Paraná nos Contratos de Concessão no 073/97 e 076/97, celebrados, respectivamente, entre as Controladas e o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, em 14 de novembro de 1997.

As intervenções decretadas terão prazo de duração inicial limitado a 180 (cento e oitenta) dias e entram em vigor na data de sua publicação.

Ecovia e Ecocataratas ajuizaram ação judicial em 5 de outubro de 2018 contra o Estado do Paraná, DER/PR, DNIT, ANTT e União em razão do Decreto Estadual que determinou a intervenção nas Concessões. As concessionárias alegaram que a intervenção, além de caráter eleitoreiro, não presta para atingir a finalidade prevista em lei. Há desvio de finalidade na intervenção decretada, que, na prática, tem intuito meramente fiscalizatório, sem interferir na gestão do contrato. O juiz deferiu a liminar favorável às concessionárias para fins de esclarecer que não se trata de intervenção, e sim de inspeção. O interventor (ora denominado inspetor) não pode praticar atos que extrapolem uma inspeção. Terá acesso aos dados relativos à administração das concessionárias, porém sem qualquer ato de gestão das Concessionárias. A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da Ecovia e da Ecocataratas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, em decorrência das citações e investigações em andamento efetuadas pelo Ministério Público Federal sobre duas controladas da Companhia, oriundas de inquérito policial e subsequente operação de busca e apreensão, foi constituído um Comitê de Investigação Independente pelo Conselho de Administração, que iniciou investigação interna, com auxílio de empresas especializadas, para a apuração das alegações. A investigação interna está em andamento e, portanto, não é possível determinar se serão identificados fatos que possam trazer impactos à Companhia e, como consequência, sobre as informações trimestrais. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 31 de outubro de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 30 de outubro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico